

Fundação Universidade Federal do Rio Grande

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

Volume 18, janeiro a junho de 2007

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR: MÚLTIPLOS OLHARES

Clélio Estevão Thomaz¹

Dulce Maria Pompêo de Camargo²

RESUMO

Com o propósito de contribuir para o debate sobre a formação ambiental em nível superior, apresentamos os dados coletados com nove pesquisadores do Grupo de Trabalho em Educação Ambiental, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Com base nos pressupostos teóricos da abordagem qualitativa, coletamos dados utilizando questionário semi-estruturado. Nossa opção teórico-metodológica para análise e interpretação dos dados, baseou-se especialmente em Tozoni-Reis (2004). A partir dos dados coletados, pudemos observar divergências entre os depoimentos que vêem o desenvolvimento da Educação Ambiental (EA) de forma interdisciplinar e aqueles que propugnam sua disciplinarização no Ensino Superior. Consideramos, neste sentido, que o processo de ambientalização curricular, no ensino, pesquisa, extensão e gestão das Instituições de Ensino Superior, pode ser a convergência no que se refere à necessidade de desenvolvimento da EA no Ensino Superior.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Ensino Superior, Ambientalização Curricular.

¹ Mestre em Educação – PUC-Campinas, clelios@hotmail.com.

² Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Campinas, dpompeo@mpc.com.br.

ABSTRACT

With the intention to contribute for the debate on formation during superior education, we present the data collected with nine researchers of the Working Group in Environmental Education, of the National Association of Post Graduation and Research in Education (ANPED). Based on the presuppositions stemming from qualitative method, we have collected data using a half-structured questionnaire. Our theoretical and methodological stance, for the analysis and interpretation of the data was based especially on Tozoni-Reis (2004). We could observe divergences among two kinds of testimonials: one that conceives the development of education in an interdisciplinary fashion and another that advocates its disciplinarization in Superior Education. We consider, in this direction, that the insertion of environmental issues in curricula, altogether in education, research, extension and management of the Institutions of Superior Education, can reveal a pathway of convergence as for the necessity of development of the EA in Superior Education.

Keywords: Environmental Education, Superior Education, Insertio of Environmental Issues in curricula.

INTRODUÇÃO

Em pesquisa intitulada “Educação Ambiental na formação inicial de professores” (THOMAZ, 2006)³, mencionamos que as discussões sobre a Educação Ambiental⁴ estão relacionadas às questões ambientais amplas que vêm sendo investigadas em conformidade com linhas de pesquisas teóricas diferenciadas. Nessa perspectiva, desenvolvemos pesquisa no campo da Educação, optando por focar a EA na formação inicial de professores, como contribuição e estímulo à capacidade crítica de cidadãos, no sentido de favorecer a sua situação de protagonista das transformações individuais e coletivas no meio natural e social em que vivem.

Nesse contexto, estudamos uma Instituição de Ensino Superior particular, localizada na região sudeste do Estado de São Paulo e investigamos a pertinência do desenvolvimento da EA de forma interdisciplinar ou disciplinar no Ensino Superior. Entrevistamos os pesquisadores do Grupo de Trabalho em Educação Ambiental da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)⁵ e os docentes dos cursos de Licenciatura da Instituição estudada.

³ Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação – PUC-Campinas, 2006. Orientadora – Prof. Dr^a Dulce Maria Pompêo de Camargo

⁴ Passaremos a utilizar a abreviação EA para Educação Ambiental.

⁵ Passaremos a utilizar a abreviação pesquisadores do GT em EA da ANPED e identificaremos a síntese dos depoimentos dos pesquisadores, no decorrer do texto, com as siglas P1, P2....P9.

Optamos por destacar neste trabalho a análise dos depoimentos cedidos pelos pesquisadores, porque eles atuam em diversas regiões, em diferentes Estados do país e possuem posições teórico-metodológicas diferenciadas, em conformidade com os depoimentos analisados.

Utilizamos para a coleta de dados um questionário semi-estruturado com perguntas fechadas e abertas, construído com base nos pressupostos teóricos da abordagem qualitativa e interpretamos os dados tendo como referência teórico-metodológica autoras como Noronha (2002) e Tozoni-Reis (2004).

Encaminhamos o questionário para dezessete pesquisadores do GT em EA da ANPEd, via correio eletrônico, durante os meses de julho a setembro de 2005 e obtivemos nove retornos acerca das indagações propostas⁶.

Assim, com base na coleta de dados dos participantes, identificamos os seguintes perfis: cinco pesquisadores possuem doutorado em Educação; destes, dois atuam em Instituições de Ensino Superior Federais (P.1 e P.9), sendo um no Estado de Minas Gerais e outro no Estado do Rio Grande do Sul; e três outros pesquisadores (P.3, P.4 e P.8) desenvolvem suas atividades em Instituições de Ensino Superior Particular, sendo um no Estado do Rio de Janeiro, outro no Estado de São Paulo e o terceiro no Estado de Santa Catarina.

Os demais pesquisadores têm doutorado em áreas como Ecologia e Recursos Naturais (P.2), Sociologia Política (P.5), Filosofia (P.6), Energia Nuclear na Agricultura (P.7) e atuam, respectivamente, em Instituição Federal, no Estado de São Paulo; em Instituição Particular, no Estado de Santa Catarina; em Instituição Federal, no Estado do Mato Grosso; em Instituição Particular, no Estado de São Paulo.

Analisando as informações obtidas com os pesquisadores para as indagações abertas, é possível perceber que as Instituições de Ensino Superior não efetivaram

⁶ Nas questões fechadas, coletamos dados de identificação por sexo e sobre o local de trabalho. Nas questões abertas indagamos: Como integrante do Grupo de Trabalho em Educação Ambiental da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), é favorável à integração da Educação Ambiental de forma transversal, no Ensino Superior? SIM / NÃO / Justifique a sua resposta; Conhece Instituições de Ensino Superior (IES) que tenham integrado a Educação Ambiental no(s) currículo(s) dos seus cursos de graduação (licenciatura, bacharelado)? SIM / NÃO / Pode mencioná-las?; Que conteúdos de Educação Ambiental devem ser priorizados no Ensino Superior? Apontar comentários, idéias, encaminhamentos não previstos nas questões apresentadas.

mudanças nas estruturas curriculares e/ou institucionais com relação ao desenvolvimento da EA; que o desenvolvimento da EA no Ensino Superior vem ocorrendo de forma interdisciplinar, em algumas Instituições geralmente em áreas biológicas; que possíveis conteúdos para a operacionalização da EA no Ensino Superior encontram-se na dependência das Instituições que julgam possuir profissional capacitado para essa finalidade.

Constatamos, portanto, pontos de divergência nos depoimentos dos pesquisadores do GT em EA da ANPEd, particularmente sobre a operacionalização interdisciplinar ou disciplinar da EA, embora todos concordem quanto à necessidade do desenvolvimento da EA no Ensino Superior.

Para fins de clareza e para justificar nosso entendimento sobre as possíveis diferenças teóricas presentes nos depoimentos dos pesquisadores, esclarecemos que analisamos os depoimentos como pertencentes a uma EA de orientação conservadora que, segundo Lima (2004) e Guimarães (2004), correspondem à que vê a questão ambiental de forma reducionista, fragmentada, simplificadora da realidade, uma vez que privilegia ou enfatiza os problemas relacionados ao consumo em detrimento dos ligados à produção, entre outras. Essas características, segundo Lima (2004), podem estar presentes, com maior ou menor intensidade, nos conteúdos e práticas educacionais e acabam por diminuir a complexidade dos problemas, refletindo-se na maneira como os indivíduos e grupos sociais compreendem os problemas socioambientais.

Neste contexto, entendemos que os depoimentos de seis pesquisadores (P1, P3, P4, P5, P6 e P8), são os que se vinculam a orientação de uma EA conservadora, inclusive, por apresentarem prática pedagógica objetivada no indivíduo, na transformação do seu comportamento.

Ainda com estes autores, entendemos que há depoimentos vinculados a uma EA crítica, aqueles que compreendem a questão ambiental de forma complexa, multidimensional e, portanto, subsidiam uma leitura de um mundo mais complexo; estimulam o diálogo e a complementaridade entre as ciências sem, no entanto, tratarem separadamente as múltiplas dimensões da realidade entre si; discutem os processos de produção e de consumo, entre outras características. Na perspectiva crítica, o conflito, as relações de poder são fundantes na construção de sentidos e na organização espacial em

suas múltiplas determinações (GUIMARÃES, 2004). Em tais características, presentes nos depoimentos de três pesquisadores (P2, P7 e P9), é possível entender que a educação se realiza em um movimento de transformação do indivíduo, num processo coletivo de mudança da realidade socioambiental.

Ao constatarmos, neste contexto, que os depoimentos dos pesquisadores do GT em EA da ANPED enquadram-se em uma perspectiva crítica ou conservadora de EA, e em decorrência, passíveis de vinculação à opção disciplinar ou interdisciplinar da EA no Ensino Superior, julgamos necessário um aprofundamento para que a leitura realizada, possa advir de análise com maior consistência.

Entretanto, como nossa intenção, no momento, é a de poder contribuir para o debate sobre a formação ambiental em nível superior e, portanto, centrada na operacionalização da EA, optamos, sobretudo, por trazer à discussão a ambientalização curricular⁷, pois parece-nos que tal processo, ao planejar ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão, fornece elementos para pensar a formação e a capacitação do docente formador do educador.

Considerando, assim, que os pesquisadores estão envolvidos com a discussão sobre a operacionalização da EA no Ensino Superior e se situam como agentes nessa ação, apresentamos sinteticamente a interpretação dos dados recolhidos, nos quais as características comuns encontradas indicam posicionamentos interdisciplinares ou disciplinares sobre a operacionalização da EA no Ensino Superior.

FORMAÇÃO AMBIENTAL EM NÍVEL SUPERIOR.

Entendemos que a instituição universitária possibilita a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade como um todo (CHAUÍ, 2003). A partir do contexto estudado, referimo-nos às contradições como: o pouco interesse da Universidade no sentido de incorporar as questões ambientais em suas estruturas curriculares e institucionais, a histórica organização em departamentos, nestas Instituições, os quais valorizam a especificidade da área de conhecimento desconsiderando, na maioria das vezes, possibilidades interdisciplinares entre as áreas.

Esta interpretação encontra respaldo no fato de que um quarto dos projetos ou atividades de EA desenvolvidos por agências públicas, estatais e organizações não governamentais brasileiras privilegia uma leitura reducionista da temática ambiental, baseada exclusivamente nos aspectos biológicos do meio ambiente, desconsiderando o ser humano e as relações sociais (BRASIL, 2000, 2001), deriva, ainda, da verificação de que a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999) é entendida parcialmente, especificamente, no que tange à promoção da EA em todos os níveis e modalidades de ensino (THOMAZ, 2006).

Tais constatações podem ser verificadas em seis depoimentos dos pesquisadores do GT em EA da ANPED, que, ao se posicionarem sobre a integração da EA no Ensino Superior, mencionam:

É favorável, embora prefira dizer a integração da ‘dimensão ambiental’ de forma transversal no ensino superior em geral, que tem várias especificidades - formação ambiental no ensino técnico-profissional, formação de professor e formação de educador ambiental (P. 2).

Cada professor, não importa a sua especialidade, pode ou não considerar que os conteúdos que ensina fazem parte de um conhecimento total. Se ele, no curso superior ou em outro nível de ensino, considerar, apenas, que o seu relacionamento com os alunos se reduz à transmissão de um conteúdo específico, certamente se oporá à idéia dessa integração. É preciso cuidado, no entanto, para não confundir interdisciplinaridade com trabalho coletivo sobre o mesmo tema (P. 3).

Assim como em todas as épocas da nossa civilização a educação forneceu os instrumentos e os conhecimentos necessários para a sua sobrevivência, a dimensão ambiental na educação deve ser uma das características e uma das nossas necessidades a serem supridas pela educação em todos os níveis (P. 4).

Pelo que pesquisa a inserção tem se dado de forma muito superficial e fragmentária. Nem todos os currículos dos cursos de graduação inseriram as temáticas ambientais. Além disso, o fato da inserção só poder se dar de forma transversal acaba levando muitos coordenadores de cursos e seus respectivos colegiados a negligenciarem de vez a inserção da educação ambiental nos cursos de graduação (P. 5).

A universidade tem um papel importante na formação ambiental de professores que vão atuar nos ensinos fundamental, médio e superior. Além disso, a educação ambiental possibilita o tratamento interdisciplinar de uma questão e através de uma cooperação entre pesquisadores de uma mesma ou de várias instituições é possível redimensionar um problema ambiental com o objetivo de se encontrar soluções para ele (P.7).

Inserir a EA de forma transversal no ensino superior é mais complexo, depende de uma maior integração entre docentes e propostas curriculares dos cursos. Ressalta preocupação que esta transversalidade promovida pela inclusão da EA deveria ser acompanhada de uma revisão nos modos pedagógicos de lidar com o processo de construção do conhecimento (P. 8).

⁷ Por ambientalização curricular entendemos a construção de estratégias metodológicas aplicáveis desde a estrutura curricular dos cursos aos planejamentos de ensino das disciplinas, bem como às normas institucionais.

Nestes depoimentos, é possível observar que a operacionalização da EA no Ensino Superior ocorre essencialmente de forma interdisciplinar, mas as afirmações tornam visíveis que as ações de incorporação, integração e promoção da EA ocorrem isoladamente, sem vinculação com os Projetos Políticos Pedagógicos.

Contudo, Sato (2001), afirma ser a EA, no nível de Ensino Fundamental e Médio, recomendada como tema transversal e que, no Ensino Superior, há recomendações internacionais de que o oferecimento deve ocorrer por meio de programas, em lugar de disciplinas isoladas no currículo. Portanto, os cursos de Licenciaturas entrelaçariam conteúdos das ciências naturais e das ciências humanas, fugindo da tradicional compartimentalização dos departamentos de Faculdades e Institutos.

Quantos aos demais depoimentos, nota-se que três pesquisadores do GT em EA da ANPEd apresentam posturas diferenciadas. Há um posicionamento que menciona que a promoção de uma disciplina de EA seria possível para as Instituições de Ensino Superior que consideram dispor de profissional capacitado para a proposta. Os demais indicam que criar uma disciplina obrigatória para os cursos seria, atualmente, mais interessante, para que todos os estudantes pudessem ter uma base sólida sobre a temática:

No momento atual acha que a inserção da Educação Ambiental, como disciplina, seria mais viabilizável. Ao deixá-la de forma transversal, ficamos na dependência dos professores quererem ou não inseri-la em suas discussões. Muitas vezes os professores não têm condições teóricas de fazê-lo. Depois de algum tempo da sua existência nos diversos cursos superiores, os futuros profissionais teriam condições de fazer essa inserção. (...) achar que qualquer um está em condições de discuti-la seria banalizar a discussão (P. 1).

Depende. Se cada universidade considerar que possui profissional capaz para ofertar uma disciplina, acredita que seja consistente. Na Instituição em que atua há um Programa de Formação em Educação Ambiental, no qual: a) um grupo de pesquisadores se responsabilizam e oferecem uma disciplina optativa em todos os cursos do campus, através de estratégias interdisciplinares; b) os estudantes são estimulados a fazer uma pequena intervenção comunitária e arrebatar mais pessoas (P. 6).

Embora esse seja um ideal da EA, não é favorável. Pelo menos no momento. Mais interessante seria a criação de uma disciplina obrigatória para todos os cursos chamada de 'Princípios da Educação Ambiental' onde seriam lidos os principais documentos da área e alguma bibliografia clássica. Todos os estudantes, assim, teriam uma base inicial sobre a EA. O trabalho através de uma disciplina seria mais realista (P. 9).

A este respeito, são oportunas as palavras de Velasco (2002), quando menciona ser preferível ter ao menos um espaço garantido para a EA na forma de disciplina do que não termos nada em absoluto, além de observar que não ofertar conteúdos disciplinares relacionados à EA, na graduação, pode ser interpretado como a perda de espaços de reflexão que implica impossibilidade de novas propostas pedagógicas.

Em concordância com Guimarães e Tomazzelo (2003), que vêem a introdução da EA na Universidade quer como eixo articulador desenvolvido de forma transversal, perpassando as disciplinas do currículo, quer na forma disciplinar, também a consideramos como prática indispensável para o trabalho com conceitos, valores e comportamentos.

E, nesta perspectiva, consideramos que as diferenças entre os depoimentos dos pesquisadores do GT em EA da ANPed sobre a promoção da EA no Ensino Superior são elementos que podem contribuir para o envolvimento do aluno do bacharelado ou da licenciatura com a EA, no sentido de que favorecem uma formação reflexiva, crítica e participativa em relação à complexidade das questões ambientais, até porque o desenvolvimento da EA vem ocorrendo mais por iniciativas pessoais dos docentes, se comparado a sua adesão institucional.

Neste sentido, a respeito da incorporação da EA pelas Instituições de Ensino Superior, parece não existir interesse direto em implementar a EA, e que quando adotam, o fazem pelo viés da gestão do meio ambiente, geralmente, em curto prazo, no qual, o ambiente é considerado como “um reservatório de recursos a serem explorados em função de um desenvolvimento” (SAUVÉ, 2005, p.320).

Assim, quando solicitamos aos pesquisadores para se posicionarem quanto a se conhecem Instituições de Ensino Superior que tenham integrado a EA ao currículo dos seus cursos de graduação, encontramos os seguintes depoimentos:

Recentemente o que tem acontecido é a criação de disciplinas de Educação Ambiental principalmente nos cursos de Biologia. Esta proposta não é referendada pela maioria dos educadores ambientais que enxergam a EA como tema transversal. Particularmente não compartilha dessa opinião. No momento atual está a favor da criação da disciplina de EA em todos os cursos de graduação. Os profissionais formados nesses cursos teriam condições de trabalhá-la de forma transversal (P.1).

De forma sistemática, consistente e abrangente (em toda a IES) não conhece nenhuma experiência. Na Instituição onde atua há algumas disciplinas oferecidas inicialmente para Ciências Biológicas e para os outros cursos de Licenciatura (P.2).

Acredita que há muita coisa sendo feita em termos de tentativas de incorporação da EA nos currículos, mas ainda de forma inconsistente e pontual, não de forma global e com a participação sistemática dos professores das várias áreas do conhecimento.(...) Entre elaborar uma política e a sua efetiva operacionalização, há ainda um longo caminho pela frente (P. 7).

Podemos observar, nestes três depoimentos, que os pesquisadores desconhecem Instituições que tenham efetivado tal integração, embora mencionem ter ciência de que há tentativas de incorporação da EA nos currículos em algumas Instituições. No entanto, acreditam que estas são pontuais e inconsistentes, já que consideram também necessária, para a efetividade desta incorporação, a participação dos professores das diferentes áreas do conhecimento.

Nos demais depoimentos, os pesquisadores mencionam conhecer e citam Instituições de Ensino Superior, federais e particulares, que incorporaram a EA aos currículos dos seus cursos de graduação e de pós-graduação.

Não diz que houve uma integração, mas teve no Departamento de Educação na Instituição onde atua o oferecimento, em 2005, de uma disciplina eletiva no Curso de Pedagogia sobre os fundamentos teóricos e práticos da educação ambiental (P.3).

UNIVALI, FURB em alguns cursos de graduação e de pós-graduação *stricto* (P.4).

Curso de Engenharia Civil da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Campus de Joaçaba (P.5).

ESALQ, UFSCar, UNIGRANRIO, UERJ (P. 6).

UNIVALI, ESALQ/USP; UFSCar, UFMT, entre outras (P. 8).

Ressaltamos, entretanto, que este oferecimento da EA ocorre em departamentos e/ou faculdades sobretudo na área das Ciências Biológicas e, eventualmente, na Educação, em geral como uma disciplina eletiva.

A OPERACIONALIZAÇÃO DA EA NO ENSINO SUPERIOR

Sintetizando as análises anteriores, em conformidade com a maioria dos depoimentos dos pesquisadores, constatamos que a operacionalização da EA de forma interdisciplinar é ação efetiva nas Instituições de Ensino Superior e que seu desenvolvimento acontece em áreas específicas, tais como nas Ciências Biológicas e na Educação. Por outro lado, dois pesquisadores tratam a operacionalização da EA de forma disciplinar e desconhecem Instituições que tenham efetivado a promoção da EA de forma global, bem como com a participação efetiva dos docentes das diversas áreas do conhecimento.

Julgamos, assim, que o posicionamento diferenciado dos pesquisadores, referente a um entendimento disciplinar ou interdisciplinar da EA no Ensino Superior, merece ser analisado na construção do Projeto Político-Pedagógico das Instituições. Reforçam nosso entendimento os depoimentos dos pesquisadores quando se posicionam sobre quais conteúdos de EA devem ser priorizados no Ensino Superior. Nesse sentido, aproximam-se os depoimentos que abordam a atual dimensão da crise ecológica; que tratam dos conteúdos multirreferenciais; os que mencionam conteúdos conceituais, filosóficos, de gênero, conhecimentos gerais e locais; os que focam a ambientalização curricular com base filosófica e as conseqüências políticas de seu desenvolvimento; os depoimentos que não definem conteúdos específicos, mas antes aqueles que descrevem as relações do ser humano em todos os aspectos disciplinares:

Processo de ambientalização curricular definindo eixos, diretrizes e após conteúdos conceituais e temáticos (P.2).

Entendimento sobre as bases filosóficas, científicas e políticas (P.3).

Não há conteúdos específicos de EA, e sim os que descrevem as relações do ser humano em todas as disciplinas (P.4).

Priorizar conteúdos que permitam entender a crise ecológica como resultado das tensões/contradições entre natureza e sociedade. Do ponto de vista metodológico, as práticas que mexem com a sensibilidade continuam sendo interessantes (P.5).

Conteúdos multirreferenciais, conceituais, filosóficos, de gênero, dentre outros (P.6).

Conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, sem hierarquias, pois são todos igualmente importantes (P.7).

Pressupostos da EA, como a interdisciplinaridade, a participação, a contextualização, a sustentabilidade, a interação sócio-ambiental (P.8).

Nos demais depoimentos, dois pesquisadores que defendem a disciplinarização da EA apontam conteúdos, tais como:

Enfoque para a sustentabilidade ecológica, social, econômica e cultural (P.1).

Ênfase Ecológica (Odum), aos Princípios de Sistemas (Forrester, Meadows), estudos das obras de Morin (P.9).

Tais diferenças de depoimentos entre os pesquisadores revelam implicações sobre a inserção da EA como disciplina, mas podemos considerar que sua permanência de forma interdisciplinar não se tem mostrado efetiva. Contudo, se entendemos que a Educação, de modo geral, é uma ação política, podemos advertir que a criação de uma disciplina de EA compreende dificuldades como, por exemplo: a quem caberia a definição de conteúdos mínimos para seu desenvolvimento? Que tipo de profissional seria considerado apto para ministrar uma disciplina de EA?

Segundo Jacobi (2005), a abordagem disciplinar do meio ambiente na escola deve ser responsável pela articulação do conhecimento e pela resignificação de conteúdos. E, ainda, que a inserção da EA numa perspectiva crítica deve ocorrer na medida em que os professores assumam uma postura reflexiva.

Entendemos que, sozinha, a luta do professor torna-se árdua, uma vez que o trabalho do cognitivo (razão) e afetivo (emoção) não é por si só suficiente para transformar as práticas pessoais e coletivas dos educandos (GUIMARÃES, 2004); que a possibilidade de sistematização de propostas de ensino e pesquisa em EA nas Universidades tem que levar em conta que essa é uma operacionalização lenta, construída na realidade educacional na qual todos, docentes, discentes, comunidade estão inseridos (TOZONI-REIS,2004); bem como, com base em nossa participação no Grupo de Trabalho de EA e Formação de Professores⁸, julgamos que a criação de uma

⁸ O posicionamento que apresentamos é parte da experiência no V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental, que aconteceu de 05 a 08 de abril, de 2006, em Joinville,SC, no qual apresentamos oralmente e em formato de pôster os resultados preliminares da pesquisa Educação Ambiental na formação inicial de professores.

disciplina de EA, ofertada para as Licenciaturas, deve procurar atender às especificidades políticas e culturais locais, ser pensada de forma a abranger o entendimento da complexidade do ambiente natural e social, fugindo, assim, dos moldes tradicionais de currículo.

Entre as questões elaboradas para a coleta de informações sobre a operacionalização da EA no Ensino Superior, sobre possíveis conteúdos de EA, bem como sobre quais Instituições promovem seu desenvolvimento, questionamos os pesquisadores do GT em EA da ANPEd no sentido de apontar sugestões e/ou tecer comentários não previstos nas questões elaboradas.

Como resultado, recebemos a indicação de outras dissertações que guardam proximidade com o foco da nossa pesquisa (P.1 e P.8); o agradecimento pela consulta para a execução do trabalho (P.5); um outro depoimento evidencia a necessidade de formulação de políticas públicas para a inserção da temática ambiental na Educação Superior, sobretudo as que se referem à ambientalização curricular (P.2); um dos pesquisadores esboçou preocupação com o tratamento da transversalidade no currículo (P.3); já em outro depoimento encontrou-se o comentário de que a EA é um processo-projeto, que se instala a médio e longo prazo e que deve procurar incluir as pessoas que vêm, e as que ainda precisam ver, a reflexão sobre comportamentos e atitudes para com as questões ambientais (P.4). Outro pesquisador, ao apontar que a autonomia, a competência técnica e a produção intelectual são determinações específicas de uma Instituição de Ensino Superior, indicou que elas devem ser consideradas para se poder garantir o desenvolvimento da EA (P.6).

Finalmente, houve ainda uma indagação sobre como iniciar a incorporação da EA nos currículos, seguida de afirmativa do pesquisador de que tal ação não se realiza por Decreto ou Lei, uma vez que a sua incorporação é um processo demorado, depende da capacitação de professores e, mais especificamente, de que eles aprendam a trabalhar em equipe e a socializar resultados (P.7). Ocorreu, também, a manifestação de que a incorporação da EA no Ensino Superior deve realizar-se por um projeto interdisciplinar de forma sistêmica, desenvolvido por meio de técnicas de modelagem, com a participação de profissionais diversos (P.9).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, nossa análise das informações coletadas com os pesquisadores - independentemente dos depoimentos permitirem leitura sobre uma EA conservadora ou crítica - possibilitou-nos constatar que as Instituições de Ensino Superior não têm efetivado mudanças nas estruturas curriculares e/ou institucionais com relação ao desenvolvimento da EA; que o desenvolvimento da EA no Ensino Superior, quando ocorre, é isolado, em geral em áreas biológicas; e que possíveis conteúdos sobre EA estão na dependência de profissionais capacitados para essa finalidade.

Como não intencionamos sobrepor o disciplinar frente ao interdisciplinar, mas tendo em vista que o desenvolvimento da EA permanece acontecendo de forma interdisciplinar e que é necessário o envolvimento do coletivo - ou seja, das Instituições, dos docentes e discentes, da comunidade do entorno, entre outros - julgamos que a reflexão sobre a ambientalização curricular se coloca como um caminho possível para a criação de novos costumes, hábitos e atitudes ambientais.

Tozoni -Reis (2004) aproxima-se desse caminho, ao apontar, como proposta alternativa para a EA nos cursos de graduação, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, áreas de conhecimento, teoria e prática, na qual os sujeitos são considerados em todas as dimensões : acadêmica, social e histórica.

A ambientalização extrapola a concepção estrita de currículo e inclui a dimensão ambiental no fazer acadêmico/universitário. Ela se revela capaz de tratar da transversalidade em três dimensões: a do currículo *stricto-sensu*, aquela relacionada com os aspectos formativos extra-curriculares e a que diz respeito à dimensão da participação cidadã (OLIVEIRA, 2006).

Frisamos que a ambientalização curricular, uma das possibilidades para a operacionalização da EA no nosso entendimento, não está vinculada à proposta de salvação ou à visão de que ela seja capaz de superar, no curto prazo, a formação parcializada de cidadãos, de educadores, fruto de determinações educacionais históricas. Vincula-se, entretanto, ao espaço de reflexão e de transformação do conhecimento a que a EA pode conduzir, a partir da ambientalização do currículo,

subsidiando uma formação, no sentido de favorecer a situação na qual os sujeitos possam ser protagonistas da transformação da realidade concreta que vem sendo imposta de forma unilateral.

Formar um educador, segundo o alcance de nossas reflexões, passa por ações que possibilitem questionamentos e críticas frente aos determinismos neoliberais que têm centrado nas questões econômicas o referencial de valores para a sociedade.

Recordamos que a grande maioria dos professores obteve formação segundo a experiência disciplinar, na qual os problemas ambientais, quando apresentados, surgem quase sempre nos apêndices, nas ilustrações, de tal modo que são desconsiderados os aspectos sociais, políticos e educacionais das questões ambientais. E que a ação de desenvolvimento da EA depende mais do contexto institucional e, de modo geral, de transcender além da histórica departamentalização das áreas de conhecimento. Nesta perspectiva, as Instituições de Ensino Superior, públicas e particulares, vêm atendendo sobretudo aos interesses instituídos pelas exigências do mercado de trabalho, de modo que sua contribuição pouco favorece uma formação crítica do educador.

Isso posto, é possível entender que as Instituições de Ensino Superior deixam em segundo plano as questões ambientais e principalmente o desenvolvimento da EA, diferentemente do que prescreve a legislação e, portanto, são levadas a desconsiderar subsídios para novas posturas curriculares advindos, por exemplo, dos seus Projetos Político-Pedagógicos.

Em outros termos, consideramos que as diferentes posições expostas neste trabalho, qual seja, a operacionalização interdisciplinar ou disciplinar da EA no Ensino Superior, têm raiz nos determinismos das políticas educativas nacionais que vêm privilegiando um desenvolvimento voltado para a competitividade mercadológica, consentindo que procedimentos e normas educacionais sejam estabelecidos pelos organismos multilaterais (NORONHA, 2002), delimitando e fragmentando, por meio do viés econômico, a integração das questões ambientais na pauta das políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 abr. 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **A Educação Ambiental: informe geral**. Brasília: Diretoria de Educação Ambiental, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Programa Parâmetros em Ação, meio ambiente na escola**: Cadernos de apresentação. Brasília: MEC; SEF, 2001.

CHAUÍ, Marilena. A Universidade pública sob nova perspectiva. In: **26ª REUNIÃO ANUAL** da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) - Poços de Caldas, MG, 2003.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papyrus, 2004.

GUIMARÃES, Simone Sendin Moreira; TOMAZELLO, Maria G. C; A formação universitária para o ambiente: educação para a sustentabilidade. **Revista de Educação Ambiental da FURG**, v.8, n.2, Rio Grande, 2003.

JACOBI, Pedro. R. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. In: **Educação e Pesquisa**, Universidade de São Paulo, v.31, n.002, São Paulo, 2005.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. (orgs). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2004.

NORONHA, Olinda M. **Políticas neoliberais, conhecimento e educação**. Campinas: Editora Alínea, 2002.

OLIVEIRA, Haydée Torres de. **O processo de ambientalização curricular na universidade Federal de São Carlos** nos contextos de ensino, pesquisa, extensão e gestão ambiental. Disponível em <<http://www.viberoea.org.br/index.php?secao=secoes.php&sc=112&sub=MA==&id=231>>. Acesso_jul. 2006.

SATO, Michele. Formação em Educação Ambiental –da escola à comunidade. In: **Panorama da educação ambiental no ensino fundamental**. Brasília: MEC; SEF, 2001.

SAUVÉ, L. **Educação Ambiental**: possibilidades e limitações. In Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago. 2005

TOZONI-REIS, Marília Menezes Freitas de Campos. **Educação ambiental**: natureza, razão e história. Campinas: Autores Associados, 2004. (coleção Educação Contemporânea).

THOMAZ, Clélio Estevão. **Educação Ambiental na Formação Inicial de Professores**. Dissertação de Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2006.

VELASCO, Sírio Lopez. Algumas reflexões sobre a PNEA (Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº9795 de 27/04/1999). **Revista de Educação Ambiental da FURG**, v.8, jan/jun. 2002.